



ACÓRDÃO Nº 252/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1423/2012 – 05 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Presidente Figueiredo.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Mário Roberto Caranha, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 112/2014 (fls. 876/877)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1233/2014-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 878/886)

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2011.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Recomendação ao atual Presidente da Câmara de Presidente Figueiredo. Determinação à DICAD. Ciência ao responsável. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **Mário Roberto Caranha** – Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 1º, I c/c o 22, III, “a” da Lei 2.423/96 – LOTCE c/ o art. 188, II e § 1º, III, “b” e 190, I da Resolução 04/02 – RITCE, e no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º da Lei 2.423/96;

9.2- Aplicar multa ao Senhor Mário Roberto Caranha no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) nos termos do art. 1º, XXVI da Lei 4.320/64 – LOTCE c/c o art. 308, VI da Resolução 04/02 – RITCE com redação dada pelo art. 2º da Resolução 01/09, pelas seguintes restrições:

- Excesso de despesa com aquisição de material gráfico impresso e combustível (Restrições 9 e 46 do Relatório Conclusivo 114/2012);
- Descumprimento ao art. 29, III da Lei 8.666/93 (Restrições 34, 38 e 51 do Relatório Conclusivo 144/2012);

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da fazenda pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.4- Recomendar ao atual Presidente da Câmara de Presidente Figueiredo que:

- Observe com o máximo zelo as formalidades concernente aos processos administrativos, bem como, o completo preenchimento das Notas de Empenho;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 252/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- Adeque o sistema gerador da folha a Lei Municipal em vigor ao Estatuto do Servidor Público, bem como, adote medidas visar revisar essa legislação englobar o máximo de situações possíveis conforme a dinâmica da administração municipal;
- Adote medidas no sentido de regularizar a concessão de bolsas de estudo por meio de lei específica;
- Cumpra com o máximo zelo disposições constantes na Lei de Licitações e Contratos, principalmente no que tange a inclusão de condições diferenciadas às micro e pequenas empresas e quanto a comprovação da regularidade fiscal dos fornecedores em todas as fases da execução da despesa;
- Observe com mais rigor o Princípio da Economicidade, evitando despesas desnecessárias ou vultuosas;

9.5- Determinar a Diretoria de Controle Externo de Admissões-DICAD que verifique se os atos de admissão da Sra. Rosana Lima Figueiredo e do Sr. Raimundo Nonato Alves já foram julgados por este Tribunal; em caso negativo, oficie o atual Presidente da Câmara de Presidente Figueiredo solicitando que sejam encaminhadas cópias dos atos de admissão para análise e julgamento por esta Corte de Contas;

9.6- Dar ciência deste Acórdão ao responsável;

9.7- Após cumprimento das medidas acima, **determinar** o registro e o arquivamento destes autos e de seus apensos, nos termos regimentais.

10- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julío Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Sr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral